



II FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO
XIV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
XVII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
De 27 à 30 de abril de 2016 na Universidade de Santa Cruz do Sul.

PARES ANTAGÔNICOS: METODOLOGIA POSSÍVEL PARA ANÁLISE DE CONTEÚDOS EM PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO

Vania Marques Cardoso¹ – UNINOVE-SP

GE: Pesquisa e Educação Básica.

Resumo

A presente comunicação foi desenvolvida a partir da realização da dissertação da pesquisa denominada: “Tempo para colaborar? Olhares sobre o significado e os sentidos atribuídos pelos docentes ao horário de trabalho coletivo”. Objetiva-se discutir a opção metodológica por pares antagônicos de categorias, dada a forma paradoxal que os discursos dos dez docentes entrevistados se apresentaram. A pesquisa, fundamentada na teoria crítica, especialmente em T. W. Adorno, trouxe a contribuição de autores que refletem sobre o horário coletivo há mais de vinte anos, foi desenvolvida em 2014 e 2015 e tematiza a relevância do horário de trabalho coletivo e como os docentes o percebem. Problematisa-se como a abordagem metodológica é escolhida realizada a partir do referencial teórico e de que forma ter optado pela utilização de pares antagônicos possibilitou, na referida pesquisa, contrapor significados sociais, sentidos subjetivos e propostas de intervenção dos docentes. Como hipótese principal coloca-se que a pesquisa crítica deva partir das contradições discursivas como dado da análise social, fazendo

¹ Bolsista da UNINOVE. vmcbrasil@hotmail.com

emergir antagonismos num jogo que aproxima e nega a síntese de produção teórica, base do trabalho dissertativo. Relata-se o foco metodológico da pesquisa em questão, sob orientação da Prof. Doutora Rose Roggero da UNINOVE de São Paulo, utilizando pares antagônicos para revelar contradições dentro do próprio discurso e entre discursos.

Palavras-chave: Metodologia da pesquisa em educação, Pesquisa crítica, Pares antagônicos, Contradição discursiva.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação nasceu do exercício da autora na sua dissertação que teve por objeto: o significado e os sentidos atribuídos pelos docentes ao horário de trabalho coletivo. A pesquisa foi desenvolvida entre 2014 e 2015, na Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES) na Universidade Nove de Julho em São Paulo, no grupo de pesquisa “Gestão da Formação e do Trabalho: identidades profissionais e questões geracionais contemporâneas”, conduzido pela Doutora Rose Roggero.

A pesquisadora na Teoria Crítica, inspirada especialmente em Adorno, ao identificar a contradição no significado social e nos sentidos pessoais dos docentes percebeu coincidências pareadas de antagonismos em cada discurso ao encontro dos conceitos mobilizados na argumentação teórica. Aqui se relata essa metodologia, denominada pares antagônicos, como possibilidade para analisar o conteúdo dos discursos dos docentes entrevistados, aprofundando a análise.

UMA EXPERIÊNCIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO COM VIÉS CRÍTICO

A Teoria Crítica assume que o humano produz historicamente a sua vida, uma interpretação social que opõe-se a pensar de forma linear. Com esse referencial, postulou-se ir além da análise do conteúdo e olhar os resultados como produção que entrelaça o individual e o social: “nas opiniões e atitudes subjetivas, manifestam-se também indiretamente objetividades sociais.” (ADORNO, 1995, p. 146) e, sem perder de vista a meta de captar a tensão inerente aos fenômenos na sua totalidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) buscou-se demonstrar o significado (expressão social que emerge do discurso de forma estável) e os sentidos (produções subjetivas das representações que permeiam a experiência) sobre o horário de trabalho coletivo na escola.

Fundamentou-se a pesquisa nos observou aspectos legais desse horário em discussão que valorizam o docente, mas também o amarram aos projetos e à cultura da escola. Posteriormente, mantendo o referencial na Teoria Crítica, recolheram-se referências de pesquisas no Brasil que circundam o objeto nos últimos vinte anos e fizeram-se visitas críticas a autores que desvendam as relações do trabalho docente sob o impacto da contemporaneidade.

A operacionalização da pesquisa teve a entrevista semiestruturada por técnica principal, coletou a fala dos atores da prática social em estudo, os docentes, conduzida por um roteiro que facilitou a interação entre pesquisador e pesquisado. Foram ouvidos dez docentes que atuam na Educação Básica, em redes de ensino públicas em São Paulo, na capital e zona metropolitana circundante, vinculados à rede estadual e municipal, todas com o horário de trabalho coletivo implantado.

Imergiu-se nas falas, transcreveu-se os textos orais, estabelecendo chaves para a compreender o transcrito e, em seguida buscou-se significações para além do explícito, recortando unidades de análise (parágrafo, frase, expressão) com ideia completa que, mesmo isoladas do todo discursivo possam tornar-se categorias: “ rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos[...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1979, p. 117). Assim, foi feita a análise do conteúdo, “(...) conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p.42), na qual foi evidenciado um pensamento antagônico, mais tempo para a preparação pedagógica conjunta nem sempre é percebido pelos docentes como suficiente, positivo ou importante, por vezes, revela conflitos latentes no tecido social e escolar , o que levou a parear os antagonismos e agrega-los às proposições com conteúdo similar num quadro categorial antagônico.

OS PARES ANTAGÔNICOS

Ao considerar os antagonismos que emergiram, opondo-se a um esquema dedutivo que tornar a pesquisa instrumental, surgiram de forma indutiva, na confluência entre os pressupostos de que os discursos carregam contradições e a fundamentação teórica da dissertação envolta na luta entre autonomia e adaptação os pares antagônicos, ferramenta reflexiva, calcada na atitude crítica de compreender a dinâmica objetividade-subjetividade revelada nas regularidades e dissonâncias que se manifestam nas “[...] opiniões e atitudes

subjetivas [que] manifestam-se também indiretamente objetividades sociais" (ADORNO, 1995, p. 146),.

Dentro do significado, identificou-se formação docente e instrumentalização da prática; construção da profissionalidade e projeto da escola; direito e dever; compromisso moral com o aluno e compromisso formal e normativo; tomada de decisão e prescrição; conhecimento pedagógico e conhecimento especializado. Para os sentidos emergiram: as formas de colaboração e de resistência; trabalho em equipe e trabalho fragmentado; exercício da autonomia profissional e a adaptação ao sistema de ensino; pertença pessoal e profissional; vivência e experiência; colaboração e colaboração balcanizada; intensificação e valorização; auto e heterorresponsabilização. Finalmente, para as propostas de intervenção: medidas internas e políticas públicas.

Parer as categorias permitiu aprofundar o estudo dos resultados, percebendo o quanto o significado do horário de trabalho coletivo representa para os docentes mais adaptação do que de autonomia, mais dever do que direito e mais alienação do trabalho do que consciência calcada na formação cultural para a docência, ao encontro de uma legislação que aprisiona ao cotidiano e transforma a colaboração em resposta às normas e hierarquias, in uma cultura escolar administrada com aparência colaborativa que “[...] premia uma não individuação, uma atitude colaboracionista” (ADORNO, 1995, p. 153). Mas, contraditoriamente, nesse horário também assomam-se significados de autonomia e a colaboração como aspirações possíveis entre os vínculos de pertença pessoal que gera a profissional, teia de conexões e laços e permitem resolver de situações, formar-se ou estabelecer compromisso moral com o discente e com o sistema educacional.

Referindo a ações episódicas, os sentidos de colaboração aparecem ocasionais, prescritos ou obrigatórios, limitados a vivências de colaboração presas às ações orientadas pela escola e sistemas de ensino, que não se tornam experiências, aquelas que se incorporaram à formação cultural do docente.

Apesar de, no conjunto de discursos recolhidos, os docentes tenderem a não assumir o comando do horário de trabalho coletivo, nas propostas esboçadas demonstraram perceber o horário de trabalho coletivo como tempo importante quando em determinadas condições e destacam estratégias que permitem carregar para esse horário uma autoconsciência reflexiva. Os entrevistados semelham perceber o horário de trabalho coletivo como vigilância constante do sistema escolar, concretizada na hierarquia e na prescrição e as suas propostas de mudança focam no campo escolar e não nas políticas públicas que o definem.

Há avanços propostos, a colaboração como quebra da alienação, revalorizando a experiência de cada um na troca. As mudanças internas propostas tentam escapar à tendência fragmentada da contemporaneidade, propõe o horário de trabalho coletivo formação, partilha e discussão da realidade social e curricular. Ao mesmo tempo, focam o uso desse tempo na conformação didática, arriscando ser superficial e localizado, sem compreender o todo educacional. Com relação às propostas de políticas públicas, os discursos oscilam entre acreditar que o horário disponibilizado é suficiente, necessita ser ampliado ou reorganizado pelo sistema de ensino.

Friccionados os significados, os sentidos e as propostas confirmaram-se as hipóteses iniciais, como explicação possível. Entre a adaptação e a autonomia os discursos confirmaram a primeira hipótese de que o cenário contemporâneo implica mudança na sociedade e na, a segunda de que o significado social e os sentidos geram uma percepção contraditória sobre o horário de trabalho coletivo, nem sempre ao encontro das necessidades, entretanto possibilidade de ação colaborativa e a terceira, a de que os discursos dos docentes carregam propostas para aumentar as potencialidades de colaboração fazendo submergir propostas de intervenção.

REFLEXÕES

A presente comunicação apresentou uma opção metodológica por pares antagônicos, possibilidade de incorporar um viés crítico à análise de conteúdo. Problematizou-se como essa abordagem, forma sintética de analisar os achados de pesquisa pode favorecer a compreensão dos resultados. A experiência da pesquisadora com o pareamento remeteu o material empírico a uma reflexão que ofereceu pistas, mesmo que não definitivas, para compreender o objeto para além da sua aparência imediata.

A pesquisa colocou a Teoria Crítica no centro em diálogo com outras referências, foi realizada em fases integradas de análise de conteúdo, introduzindo pares antagônicos como elementos de síntese analítica, sem deixar de extrair dos discursos a sua totalidade, de modo a oferecer um caminho possível de interpretação, enfim, aprofundar a análise do conteúdo.

À luz das condições sociais contemporâneas que os geram, os resultados obtidos representam um levantamento de possibilidades, abrem reflexões sobre o horário de trabalho coletivo que, entre regredir e avançar na colaboração os achados da pesquisa constituíram pistas para novas questões, mantendo a pesquisa na posição de contínua.

Imbuída da crença de que não pode haver metodologia crítica padronizada para uso indiscriminado, a pesquisadora experimentou esse aprofundamento de análise induzido pelos discursos contraditórios dos docentes e, na sua pesquisa esse recurso foi fundamental para estabelecer considerações que desvelassem o objeto. Tentando contribuir com o avanço dos debates metodológicos para as pesquisas que se desejam críticas, este relato é um apontamento sobre uma possibilidade e nunca uma receita.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.